

**“O QUE HOVE COM AQUELA FAMÍLIA?” MEMÓRIA
PEDAGÓGICA, TEOLOGIA E PRÁTICAS FÚNEBRES
DIANTE
DO SUICÍDIO EM CEMITÉRIOS EVANGÉLICO-LUTERANOS**

**“WHAT HAS HAPPENED TO THAT FAMILY?”
PEDAGOGICAL
MEMORY, THEOLOGY AND BURIAL PRACTICES
FACING OF
SUICIDE IN LUTHERAN-EVANGELICAL CEMETERIES**

Renato Rodrigues FAROFA*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o espaço cemiterial evangélico-luterano como um lugar de memória pedagógica no conceito comunitário desse grupo religioso. Tendo como objeto de estudo um conjunto de sepulturas na entrada do cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, interior do município de Canguçu-RS, e com base nas entrevistas concedidas por dois membros desta comunidade religiosa a respeito das práticas fúnebres e teologia da igreja luterana em relação a suicidas, este trabalho faz uma análise dessas memórias relacionando-as com a memória e identidade religiosa/comunitária.

Palavras-chave: Cemitérios; Evangélico-luteranos; Memória Pedagógica; Suicídio; Práticas fúnebres.

Abstract: This paper aims to analyze the Lutheran-Evangelical burial ground space as a place of pedagogical memory within the concept of community of this religious group. Focusing on a cluster of graves at the entrance of the cemetery of the São Pedro do Canguçu Velho community, in the countryside of the municipality of Canguçu-RS, as the object of research, and on the basis of interviews given by two members of the community about the burial practices and the theology of the Lutheran church regarding suicides, this paper makes an analysis of these memories, relating them to the religious/community memory and identity.

Keywords: Cemeteries; Lutheran-Evangelicals; Pedagogical Memory; Suicide; Burial Practices.

Introdução

“Vem uma gente assim de fora que não sabe, que não conhece ele vê e vão olhar lá e vão perguntar: o que aconteceu, o que houve com aquela família? Eles querem saber” (PAULO ALBRECHT, 2021). Essa afirmação de Paulo Albrecht, membro da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, interior do município de Canguçu-RS, introduz o presente trabalho que abordará, tendo como exemplo um conjunto de sepulturas na entrada do cemitério da comunidade São Pedro, como determinadas edificações podem trazer indagações por parte de pessoas que visitam o espaço cemiterial.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL). E-mail: renatofarofa@yahoo.com.br.

O exemplo em específico no presente trabalho é do conjunto de túmulos da família Albrecht que foi encontrada morta no dia 10 de setembro de 1968. Enforcados no galpão de sua propriedade, o pai Ervaldo Albrecht (27 anos), juntamente com a esposa Elza Ledebuhr Albrecht (25 anos), foram tratados pela comunidade como suicidas e responsáveis pela morte dos três filhos, que também foram encontrados enforcados, Gilberto (5 anos), Ruben (4 anos) e Enalda (2 anos), sendo sepultados na extremidade e aos fundos do cemitério, localizando-se totalmente afastados das demais sepulturas. Com o passar dos anos e com reformas no espaço cemiterial, especialmente com a troca de lugar do portão de entrada do cemitério, os cinco túmulos estão desde 1996 na entrada da necrópole¹ (conforme imagens abaixo).

Figura 1- Sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos na entrada do cemitério.



Fonte: acervo do autor. 16/09/2020.

Figura 2- Disposição do espaço cemiterial de sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos em relação aos demais túmulos.



Fonte: acervo do autor: 16/09/2020.

Em razão desse destaque que a sepultura tem hoje no cemitério desta comunidade, essa pesquisa trabalha como as alterações na configuração deste cemitério refletem também em mudanças nas práticas religiosas destas comunidades, com relação a mortes traumáticas. Da mesma forma, esse trabalho apresenta um breve levantamento sobre a teologia da igreja – no caso a Igreja Evangélica Luterana do Brasil – sínodo ao qual a comunidade São Pedro é filiada, quanto às mudanças ao longo do século XX nas tratativas pastorais nos casos de mortes não tidas pelos preceitos religiosos como naturais, como no caso de suicídio. Ademais, essa breve pesquisa tem como objetivo analisar como essas alterações na teologia e prática pastoral influenciam práticas fúnebres e de enterramento por parte das comunidades evangélico-luteranas nos últimos 50 anos quando se deparam com situações semelhantes ao caso da família de Ervaldo e Elza Albrecht.

Essas indagações e reflexões sobre a teologia da igreja e práticas fúnebres por parte das comunidades que será apresentada nesta breve pesquisa, tem como base duas entrevistas realizadas com membros da comunidade São Pedro do Canguçu Velho, com documentos da própria comunidade e de outras comunidades evangélico-luteranas, além de pesquisas e publicações feitas pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil, especificamente sobre o tema suicídio. E a partir desse conjunto de documentação e entrevistas, o objetivo é apresentar como a teologia da igreja, práticas de velório e enterramento, bem como o entendimento de pastores e congregados das comunidades evangélico-luteranas sofreram transformações nas últimas décadas e contam com resistências quando deparados com mortes de causa moralmente polêmica na contemporaneidade.

As duas entrevistas foram realizadas com parentes de Ervaldo e Elza Albrecht. Paulo Albrecht, 64 anos, aposentado, além de membro da comunidade São Pedro é sobrinho do casal encontrado morto com os filhos. O outro entrevistado foi Elias Krüger Albrecht, também membro da comunidade São Pedro, 37 anos, estudante, filho de Paulo Albrecht – portanto, sobrinho neto de Ervaldo e Elza Albrecht. As duas entrevistas, que foram realizadas na casa de Elias Krüger Albrecht em 06/01/2021, colaboram na pesquisa, ao trazer reflexões que os documentos da comunidade não contemplam para tentar responder aos questionamentos que são feitos em relação às sepulturas na entrada do cemitério. Um exemplo de tais reflexões pode ser o que afirmou o senhor Paulo Albrecht: “Vem uma gente assim de fora que não sabe, que não conhece ele vê e vão olhar lá e vão perguntar: o que aconteceu, o que houve com aquela família? Eles querem saber”.

No intuito de apresentar possíveis respostas ou mais questionamentos à afirmação do senhor Paulo Albrecht “o que aconteceu, o que houve com aquela família? Eles querem saber”, o trabalho está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta o conceito de *comunidade* entre luteranos e a importância que o espaço cemiterial tem na concepção de igreja dessas congregações. A segunda parte contempla como o cemitério, na sua disposição espacial, como nas edificações e consequentes localizações das sepulturas, é um lugar de *memória pedagógica*. E por último aborda, com o exemplo da sepultura da família de Eivaldo e Elza Albrecht, como as práticas fúnebres (velórios e enterramentos), sofreram *mudanças* nas últimas décadas, mas ainda são alvo de resistência por parte de membros de comunidades evangélico-luteranas.

Conceito de comunidade, memória, identidade e a importância dos cemitérios para os evangélico-luteranos

Nos cemitérios, as representações dos mais diversos costumes estão evidenciadas. O cemitério, seus signos e códigos reconhecidos socialmente, representam, formam e transmitem valores comportamentais coletivamente apropriados. O espaço cemiterial, assim como a escrita, produz o que Jacques Le Goff chama de “arquivos de pedra” (LE GOFF, 2003, p.428). De acordo com o autor, em seu capítulo/verboete “Documento/monumento”, o cemitério com suas edificações, inscrições e imagens, apresenta um vasto acervo para múltiplas investigações e leituras, formando assim um arquivo a céu aberto.

Com relação ao uso do cemitério, além de destinar um local adequado aos mortos, segundo explica Pagoto citando Philippe Ariès, serve para “cultivo da memória daqueles que já partiram” (PAGOTO, 2004, p.97). Enfatiza-se, assim, o discurso de vivos para vivos através dos mortos e da futura morte, uma vez que, toda a representação em uma sepultura é realizada por quem vivencia o luto. Esse ato de construção (sepulturas) é transportado para dentro dos cemitérios, no intuito de preservação da identidade daquele que não está. Esse terror da perda da individualidade (MORIN, 1976, p.32-33), com as representações nos sepulcros é amenizado, visto que assim os mortos estão na memória e consciência dos vivos (ELIAS, 2001, p.53).

Interpretar a paisagem do cemitério, no caso destas necrópoles evangélico-luteranas é fazer uma leitura de como esta cultura religiosa, como comunidades étnicas de descendentes de alemães/pomeranos e religiosa (evangélico-luterana), produzem suas

referências culturais. Isso talvez se deva ao fato que “ao estudarmos as representações da morte nos cemitérios estamos, portanto, tentando compreender a nós mesmos, enquanto seres humanos que têm sentimentos com relação à morte” (STEYER, 2000, p.72).

Tendo como objeto de estudo os cemitérios evangélico-luteranos, compreender a presença destas necrópoles da vivência de fé desse grupo religioso é de fundamental importância. O conceito eclesiológico tem como base os ideais de igreja do reformador alemão Martinho Lutero (1483-1546), que ao prezar pela comunhão através da comunidade dava preferência pelo termo “*Gemeinde*” (congregação, comunidade) para definir igreja ao invés do termo “*Kirche*” (Igreja), ligada a uma ideia de estrutura e instituição (LINDBERG, 2001, p.428)². Assim, desde o século XVI, uma estrutura eclesiológica surge com base comunitária (*Gemeinde*), onde a administração da igreja dependia dos membros da comunidade e não de uma estrutura superior. Essa administração também abrangia as questões que envolviam os cemitérios das igrejas evangélico-luteranas. Com a vinda de imigrantes, a grande maioria de origem rural, ao Brasil no século XIX³, este modelo de igreja comunitária é trazido e implantado pelos luteranos no Rio Grande do Sul⁴.

No Brasil, devido a uma estrutura eclesiológica e comunitária inicialmente marginalizada, os imigrantes protestantes tiveram dificuldades na participação da sociedade como um todo. Isso contribuiu para pensamento provinciano dos evangélico-luteranos e acentuou ainda mais esse modelo eclesiológico nos imigrantes e seus descendentes, como descreve Martin Norberto Dreher, “Nessa estruturação eclesiástica que vai surgindo, tudo é ‘nosso’, na expressão comunitária desses agricultores: nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor” (DREHER, 1999, p.121-122). E foi neste modelo de comunidade onde “tudo é nosso”, que ao lado da igreja e da escola, o cemitério passa a ter um papel fundamental para a preservação da memória e identidade dessas populações, como também da fé evangélico-luterana.

Com esse modelo comunitário, “nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor”, memória pedagógica, identidade e pertencimento estão presentes. Essa ênfase em ter e manter o espaço cemiterial, seu próprio “arquivo de pedra”, está associado a uma herança de prática congregacional que conseqüentemente reforça o desejo dessa memória, identidade e ensino comunitário dos membros pertencentes a determinada congregação no uso do cemitério.

Dessa forma os membros pertencentes a estas comunidades zelam pelo espaço cemiterial. Relata Elias Krüger Albrecht que, juntamente com sua avó, “sempre quando tinha uma sujeirinha pegava a enxada, ia lá, tirava todas as flores, capinava, organizava. Eu me lembro que eu ia junto e ajudava ela” (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021).

Essa afirmação diz respeito ao cuidado da sepultura da família que foi encontrada morta e sepultada como suicida. O exemplo de cuidado com essa sepultura revela o envolvimento da família, avó e neto, para que aqueles integrantes da família encontrados mortos não fossem esquecidos. O mesmo ocorre com as demais sepulturas da família dentro do espaço cemiterial, conforme relata o entrevistado:

Tem toda a família lá. Tem meu avô, também na época não estava com o túmulo fechado, a vó fez posteriormente. Também os meus bisavós, que eram avós do meu pai. Também a gente fazia todos esses cuidados de limpar os túmulos porque o passar dos anos, apesar de que naquela época todo mundo morava ali a família foi indo embora, então quem foi ficando morando mais próximo do cemitério era nós. Então minha avó, mesmo ela não tendo essa obrigação, ela fazia isso. Inclusive tem os irmãos do meu avô que morreram quando criança. Ela também fazia todo esse cuidado apesar de nunca ter conhecido, não ter tido uma relação, ela cuidava desses túmulos. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Figura 3- Manutenção e cuidado com sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos.



Fonte: acervo do autor 16/09/2020.

Conforme afirmado por Elias Krüger Albrecht, esse cuidado, dentro do conceito de comunidade desse grupo religioso, é muito significativo. Nos cemitérios evangélico-luteranos da região pesquisada o número de sepulturas abandonadas atualmente não é expressivo. Isso decorre por duas razões.

Em primeiro lugar, porque há o costume da própria família ter esse cuidado com a sepultura de seus mortos. Essa responsabilidade é criada no ambiente familiar. No

exemplo mencionado, a avó Zilda Schwartz Albrecht (falecida em 2009) e neto Elias Krüger Albrecht iam juntos ao cemitério limpar túmulos. Na prática comunitária é comum escolher alguém da família como responsável direto para que determinadas sepulturas não sofram o abandono, como no caso dos túmulos de Ervaldo e Elza Albrecht e filhos. Relata o senhor Paulo Albrecht, que após a morte de Ervaldo, esposa e filhos, o irmão mais velho, Leopoldo Albrecht ficou com a incumbência de zelar por aqueles túmulos. Após a morte do senhor Leopoldo em 1991, a primogênita dele, Elinda Albrecht Bergmann (66 anos)⁵ passou então a fazer os cuidados necessários para manutenção desses túmulos. Porém, desde o casamento, a senhora Elinda Albrecht Bergmann reside na localidade Coxilha dos Cunha, situada no interior de Canguçu, a cerca de 40 Km do cemitério da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. Por essa razão, suas visitas ao espaço são mais esporádicas, em relação à parte da família que continua residindo próxima à igreja e cemitério. Como a família de Paulo Albrecht continua residindo próxima ao cemitério e, por frequentarem assiduamente a igreja que fica ao lado do espaço cemiterial, ocorre que a visitação aos túmulos e consequente manutenção é realizada de forma contínua, conforme relata Elias Krüger Albrecht;

E até hoje assim quando tem muita sujeira a gente dá uma olhada lá. Esse tempo agora mesmo no Natal eu dei uma passada lá e vi que tinha muita sujeira. Eu peguei inclusive, a gente trocou as flores do túmulo do vô e aquelas flores do túmulo do vô eu dei uma reciclada peguei e botei naqueles túmulos ali porque eles não têm mais quem olhe por eles. Então é uma forma também de tu dar uma reparada naqueles túmulos daqueles irmãos do meu vô (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Além de datas importantes da religiosidade cristã, a vida em comunidade estimula esse envolvimento com o cemitério e consequente manutenção das sepulturas por parte dos familiares. Frequentar a igreja, cultos e demais reuniões, é frequentar o cemitério. Participar de festas no salão da comunidade – que também fica a poucos metros de cemitério – por ocasião de batismo, confirmação, casamento e de demais congressos do calendário anual da igreja, significa também visitar o espaço cemiterial. Por esse motivo, dificilmente são encontradas sepulturas em total abandono, em razão de familiares zelarem pelos túmulos.

A segunda razão da preservação das sepulturas no espaço cemiterial evangélico-luterano ocorre pela própria comunidade. Uma decisão de assembleia recente, datada de 19/04/2019, da comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, definiu pela organização do cemitério, em que “foi proposto pela diretoria a colocação de piso no

cemitério, organização dos túmulos caídos, pintura, instalação de água e luz, o mesmo foi colocado em votação e aceito pelos membros presentes” (LIVRO ATA N° 3 – COMUNIDADE SÃO PEDRO DO CANGUÇU VELHO, p. 43 verso). Essa resolução, de 2019, tratou de preservar, entre outras melhorias ao espaço cemiterial, os túmulos que não tinham mais alguém que zelasse pelos mesmos. Túmulos nessa condição de descuidados ocorrem com mais frequência em sepulturas de crianças, justamente em razão da morte prematura, e após a morte dos pais, não ter mais alguém que cuide dos mesmos. Conforme foto abaixo, a decisão da comunidade de organizar “túmulos caídos” abrangeu especialmente a antiga parte do cemitério destinada às sepulturas de infantes.

Figura 4- Área do cemitério sob responsabilidade da comunidade São Pedro.



Acervo do autor 16/09/2020

As ações de preservação e manutenção dos túmulos, seja por parte da família ou da própria comunidade, revelam a preocupação com a própria memória. Conforme Joël Candau, ao proteger a memória da família, os indivíduos envolvidos nesses atos de preservação das sepulturas, protegem direta ou indiretamente a sua memória (CANDAU, 2012, p. 139); diretamente, quando a própria família, conforme relato dos colaboradores, elege alguém para manutenção da edificação, e indiretamente quando a comunidade resolve por promover essa ação contra o abandono.

Ser lembrado faz parte desse processo de sepultamento, como afirma Edgar Morin “O não abandono dos mortos implica a sua sobrevivência” (MORIN, 1976, p.25). Ser

sepultado, entre os seus, na sua comunidade, faz com que aquela sepultura seja vista e o finado seja constantemente lembrado, ou seja, a eternidade do nome é, ao menos por algumas gerações, mantida (ASSMANN, 2011, p. 43).

Essa preocupação com os túmulos por parte das famílias e da comunidade com o cemitério também reforça a relação existente entre a esperança escatológica relacionada ao pertencimento, à identidade e à memória. Nesses atos de preservação e manutenção, é demonstrada a preocupação de saber como a família vai ser lembrada, ou como a comunidade religiosa (no caso da preservação de túmulos caídos) deseja ser lembrada, em atos de meta-memória onde na representação que um indivíduo ou comunidade revelam “a construção explícita da identidade” (CANDAU, 2012, p.23).

Dessa forma, as sepulturas e o espaço cemiterial estabelecem condições, como afirma Fernando Catroga, de sentimento de pertença estreitando a relação entre memória, identificação, filiação e distinção dentro de uma liturgia de recordação (CATROGA, 2015, p. 29-30).

Cemitério evangélico-luterano: um lugar de memória pedagógica

“Aquilo era daquele tempo era, eles tinham colocado aquelas leis na igreja assim. Então eles ficaram separados. Aquela gente ficava separada, botava tudo num túmulo”. (PAULO ALBRECHT, 2021). O relato do senhor Paulo Albrecht acerca da localização da sepultura de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos revela em afirmações curtas e diretas, não apenas como a comunidade evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho, mas a igreja como um todo agia em casos de mortes não aceitas pela doutrina ensinada, como o caso do suicídio. “*Daquela tempo*” e “*eles tinham colocado aquelas leis na igreja*” faz parte de um ensinamento corrente entre cristãos, também evangélico-luteranos, que a vida é bem precioso concedido por Deus e que os seres humanos não podem atentar contra ela. Esse ensinamento de uma forma mais clara fica expresso no quinto mandamento “não matarás”. Ir contra o mandamento, ainda mais tirando a própria vida, é considerado uma transgressão grave. Além de cometerem essa ação contra a vontade de Deus ao tirarem a vida, não teriam oportunidade de se arrepender de tal ato, tendo uma morte sem o perdão.

Esse ensino acerca do quinto mandamento e as consequências da desobediência ao mesmo, especialmente nos casos de suicídio, é tema de discussão na teologia, também da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, como veremos no próximo tópico. Na década de

1960, período da morte da família de Ervaldo Albrecht, a teologia oficial da IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), mesmo sem ter um documento específico sobre o tema, tratava em publicações oficiais do assunto suicídio de maneira condenatória. Alguns exemplos, deste julgamento acerca de suicidas, são encontrados em periódicos produzidos pela IELB entre as décadas de 1940 e 1960. Na revista “Igreja Luterana”, que tinha como público alvo, pastores e professores sinodais, na edição de março/abril de 1941, ao abordar o tema quinto mandamento, é taxativa ao afirmar como “morte sem perdão” (ELICKER, 1941, p. 46). Também a revista “O Jovem Luterano”, edição de junho de 1945, que tinha como público membros das uniões juvenis de igrejas e escolas luteranas, ao abordar o tema morte, trata o assunto como “ideia errônea e diabólica” (REHFELDT; WARTH, 1945, p.78). A mesma revista para o público jovem, na edição de agosto de 1962, no artigo intitulado “Se porventura um dia...” tratou das rechaçar explicações humanas ao tema e reiterar que bíblicamente essa escolha é “caminho do inferno” e da “eterna condenação” (RIETH, 1962, p. 12-13).

Essa postura teológica e oficial acerca do suicídio “daquele tempo” estimulava comunidades evangélico-luteranas a adotarem posturas específicas em relação aos modos de sepultamento e na administração do espaço cemiterial, diante desse tipo de morte indesejada.

Importante ressaltar que o local de enterramentos não apenas abriga os corpos daqueles que pertenceram à determinada comunidade evangélico-luterana. O cemitério como um todo, assim como as sepulturas, deve difundir o conceito de igreja com seus ensinamentos doutrinários, ou seja, o espaço cemiterial com suas sepulturas transmitem para aqueles que ali transitam o que se espera de um cristão evangélico-luterano. Em caso de suicídio, por exemplo, era inaceitável sepultar um indivíduo, que optou por morte voluntária, com as mesmas ritualísticas e tratamentos funerários dos sujeitos religiosos que, em vida, guardavam os valores cristãos.

Analisando os cemitérios evangélico-luteranos como suporte de uma identidade religiosa através da memória, tomarei como base o conceito de *memória pedagógica* de Pierre Nora, em que o autor fez em sua análise na experiência francesa de preservação e legitimação de lugares de memória, em especial, durante e após as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Importante ressaltar que, para Nora, os lugares de memória são materiais, simbólicos e funcionais. Com sua aparência material, servem como depósito de arquivos passando assim para a esfera simbólica (ritos diante do monumento, por exemplo) e assim se caracterizando pela funcionalidade, ou seja, na

transmissão de valores (NORA, 2008, p. 33). Nesses três aspectos, a memória que está ligada à materialidade, simbologia e funcionalidade passa a ser memória pedagógica, onde dentre as instituições de grande relevância de ensinamentos e valores, estão a igreja e a família (NORA, 2008, p.27).

A cultura religiosa evangélico-luterana, em uma concepção comunitária, revela que as memórias eternizadas nos monumentos, tem um padrão que fora constituído pela instituição religiosa por meio dos seus estatutos (leis) embasados em seu corpo doutrinário (ensino). Assim, os ensinamentos doutrinários recebidos pelos membros das comunidades evangélico-luteranas, nessa prática religiosa, são transportados e materializados nas edificações/monumentos presentes nos cemitérios, fazendo assim o cemitério um lugar de memória pedagógica.

Exemplo dessa instrução que deve ser feita através do espaço e dos túmulos está no regimento do cemitério da comunidade evangélica luterana São João da Colônia São Pedro do Morro Redondo. Esse regulamento fora escrito em 1925, 25 anos após a fundação da comunidade (01/07/1900), que inclusive fora a primeira congregação organizada por missionários da LC-MS (Lutheran Church – Missouri Synod) que futuramente dera origem a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Essa informação é importante em razão que nem todas as comunidades evangélico-luteranas possuíam um regimento específico para o uso e organização do cemitério, como o caso da comunidade São Pedro do Canguçu Velho. Essa constatação permite intuir que esse regimento serviu de modelo para uso do espaço cemiterial, especialmente para as comunidades e pastores que atuavam geograficamente próximos, assim como as congregações atendidas por pastores deste sínodo em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.

O regimento chama atenção nos artigos 5 e 7 sobre a natureza do espaço, quem pode ou não usufruir do mesmo, bem como o dever de zelar pelos túmulos ali edificadas.

Par. 5: Mas como nosso cemitério deve ser um campo de Deus, isto é, um campo, onde nossos corpos devem estar descansando como uma preciosa semente de Deus até a bem-aventurada ressurreição no juízo final, assim, aos que em vida demonstraram ser inimigos da igreja e morreram impiamente, a esses deve ser negado o sepultamento no cemitério da Comunidade... Par. 7: Nosso cemitério deve ser um verdadeiro pátio da igreja, e por isso deve servir como edificação aos visitantes. Mas como não é edificante, porém muito desagradável e escandaloso quando cristãos permitem que as sepulturas de seus entes queridos venham a não ser cuidados (degeneram), devem eles, portanto, conservá-las limpas, caprichosas e bem cuidadas. (LIVRO ATA N 3 – COMUNIDADE SÃO JOÃO DO MORRO REDONDO, p. 33 frente)

O parágrafo quinto faz uma classificação quanto aos que demonstraram ser inimigos da igreja e morreram impiamente. A morte de Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos, se enquadra no entendimento que eles tiveram uma morte ímpia, ou seja, em oposição aos ensinamentos de uma boa morte. Por essa razão, o sepultamento no espaço poderia ser negado, mas a prática mais comum naquele período era a de que Paulo Albrecht se refere “eles ficaram separados”. O fato de sepulturas de suicidas ficarem separadas no cemitério “pátio da igreja”, servia de ensino aos visitantes do espaço, um alerta aos fiéis quanto aos perigos de não-salvação que o ato suicida poderia trazer, além de demarcar um estigma à memória desses mortos e a seus familiares vivos. No parágrafo 7 do regimento da comunidade evangélica luterana São João de Morro Redondo é afirmado que o espaço cemiterial deve servir de “edificação aos visitantes”, ao se referir diretamente ao cuidado que os congregados devem ter com as sepulturas de seus entes queridos. Mas, “edificante”, nesse regimento de forma indireta permite a interpretação que sepulturas fora do cemitério, ou na margem dos mesmos, serviria também para edificar a fé, em um conceito religioso baseado nos ensinamentos doutrinários da igreja que fazia com que sepulturas de suicidas, e outras mortes doutrinariamente indesejadas, ao terem o destaque na margem do cemitério, edificam ao ensinar o que não fazer.

O cemitério como “pátio da igreja” revela também como o campo santo é uma extensão da vida religiosa. Nessa proposta pedagógica, o uso do cemitério deve estar de acordo com os ensinamentos recebidos pelos membros destas congregações que usufruem daquele espaço para sepultamentos. Na vida da “Gemeinde” o sepultar é expressão de fé, como visto trecho acima citado do regimento. Dessa forma, fechado a uma identidade religiosa dentro de um corpo doutrinário e pedagógico expresso na confessionalidade deste grupo religioso.

Trabalhando ainda com esse conceito de Pierre Nora sobre a memória pedagógica presente nos cemitérios evangélico-luteranos até o momento pesquisados, apresento como esse ensino é manifestado na disposição espacial das sepulturas, e nas práticas fúnebres, em especial na realização do velório e cortejo fúnebre.

Além do local de sepultamento, que o regimento deixa claro o que se pode ou não fazer, existiam outras práticas fúnebres para casos de suicídio. Antes, do conduzir o corpo até o local de sepultamento, a cerimônia de velório e também o cortejo transmitia o entendimento da comunidade quanto ao destino da alma daqueles que haviam tirado a própria vida.

No caso dos velórios, alguns elementos eram negados àqueles que tinham uma morte considerada discordante com os ensinamentos da igreja. Entre esses elementos, estava o direito a velar na igreja, a utilização de velas e a presença do pastor. Na entrevista com Paulo Albrecht e com Elias Albrecht, esse ritual diferenciado é destacado em suas falas.

Paulo Albrecht, que tinha 12 anos na época do velório, afirmara: “Eu não tenho certeza, aquela parte e não me lembro” quanto ao velório ter sido na igreja. No entanto, Elias Krüger Albrecht em seu relato afirmou que: “Sempre quando eu podia, eu conversava com a vó sobre isso”. Nesse conversar com a avó, Zilda Schwartz Albrecht, com quem ajudava a limpar sepulturas da família, ele relata que o não velar na igreja, em caso de suicidas, era comum:

Essa questão do velório, ela sempre contava que era normal na época, sempre quando uma pessoa se suicidava, dificilmente ela era levada a igreja. Então tinha esse julgamento já de antemão. Então tinha outras pessoas que não eram veladas na igreja por uma questão de escolha, a família optava por velar em casa, até mesmo porque naquela época as capelas eram pequenas, mas esse especificamente já não teriam sido veladas pelo fato de teriam sido mortas. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Conforme relato, a realização do velório na igreja era uma opção dos familiares no caso de mortes aceitas pela doutrina. Essa opção se dava especificamente pelos motivos de capacidade de pessoas para o local do velório, mas também em razão da distância que aqueles que iriam participar da despedida tinham com relação ao local da capela junto ao cemitério. Ainda hoje é comum a preferência pela participação no velório do que no rito de sepultamento, fazendo com que muitos não se desloquem até o cemitério. Na década de 1960, em que as dificuldades de locomoção eram significativas, o velório em casa era comumente realizado. Em contrapartida, a escolha não era oferecida aos familiares de suicidas. A estes o velório na igreja era negado, como também o uso de velas e a presença do pastor:

E também pelo fato de não ter tido velas e que isso ela também falava que era comum de acontecer na época. Sempre que uma pessoa tipo, era o próprio pastor, eu me lembro que ela contava de uma história de uma senhora que morreu inclusive que na hora que o pastor chegou, eles estavam velando essa pessoa e o próprio pastor fez questão de apagar as velas. Então isso, ou seja, a própria igreja tinha um pouco esse olhar condenatório. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

O uso de velas no rito evangélico-luterano faz alusão a presença do Deus da luz em Cristo, da glória, alegria e festividade (KARNOPP, 2003, p.57). Essa simbologia, uma

vez entendido que aquele que estava sendo velado teve uma morte ímpia, conduzia a proibição desse utensílio. Na fala de Elias Krüger Albrecht, compartilhando a memória de sua avó, quando não era respeitada essa prática, a presença do pastor se fazia presente, não com o intuito de realizar a cerimônia fúnebre, mas para impedir que tais atos ocorressem em discordância com a doutrina da igreja.

Sobre a presença do pastor no velório de Eivaldo Albrecht, esposa e filhos, ele ocorreu. Paulo Albrecht confirma que “Sim. Teve pastor sim”, em razão da morte das crianças, que foram inocentadas pela comunidade e pelo pastor⁶ pelo fim trágico que tiveram. Mesmo que o pastor tenha realizado a cerimônia fúnebre da família, em razão que foram velados juntos, a diferenciação no tratamento da morte dos filhos e dos pais foi destacada no cortejo. Sobre isso Paulo Albrecht relata em sua fala:

Naquela época quando as pessoas se suicidavam, tiravam a própria vida, eles não entravam pelo, assim pela porta do cemitério, eles botavam debaixo do arame, então os dois velhos eles botaram por baixo do arame embaixo separado, túmulo separado e as três crianças entraram pelo portão (PAULO ALBRECHT, 2021).

E no relato de Elias Krüger Albrecht, ele reitera o que o pai afirmou, além de trazer detalhes da localização dos corpos na sepultura;

Já teve um tratamento separado. Os pais mais condenados que os filhos. Mesmo assim os filhos foram enterrados junto com os pais, mas eu me lembro que a vó sempre contou que fizeram questão de botar os dois, os pais na parte debaixo, que nem o pai falou. Os caixões, foi uma cova só, então passaram do arame para cima, os filhos estão na parte de cima e os pais estão na parte de baixo, ou seja, bem contra o arame. (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Esse detalhe do cortejo e da localização do enterramento dos corpos é demasiadamente importante nessa pedagogia do morrer. No caso do cortejo, mesmo que não exista uma explicação ou doutrina oficial acerca do levar dos corpos até o cemitério, especialmente pelo passar pelo portão ou por debaixo do arame (cerca), na religiosidade popular e na pedagogia do morrer essa diferenciação faz alusão, dentro do espaço cemiterial que é “campo santo”, daqueles que serão recebidos no céu (paraíso/vida eterna) pela entrada triunfal (portão) em detrimento daqueles que não terão acesso a bem-aventurança eterna e apenas terão seu corpo enterrado no cemitério, tendo um acesso diferente, por debaixo do arame, como uma forma de demonstrar o destino eterno daquela(s) alma(s).

Com relação ao local de enterramento dos corpos, mais próximo do arame, reforça essa ideia corrente no período da condenação de suicidas. Como a família foi enterrada em uma cova coletiva, a localização de cada caixão na cova fortaleceu o ensino quanto à boa morte e morte ímpia. As crianças, conforme relato, além de terem sido levadas para o cemitério através do portão, foram sepultadas “na parte de cima”, ou seja, o mais distante possível do arame, enquanto os pais “na parte de baixo”, próximos ao limite do espaço cemiterial demarcando assim, a condenação, no entendimento da comunidade, dos mesmos pelo ato cometido contra a própria vida e vida dos filhos.

As informações trazidas pelos colaboradores reforçam o que Maurice Halbwachs, denominou no início do século XX, de quadros sociais da memória. Através de memórias que se amparam nas recordações de outros, os entrevistados Paulo Albrecht e seu filho Elias Krüger Albrecht, para relatar sobre como foi velório, se permitiram ou não o uso de velas, bem como atuação do pastor e procedimento litúrgico no enterro, tem como recurso memorial as instituições família e igreja, denominada por Halbwachs nessa construção social como *memória forte* (HALBWACHS, 1990, p. 25-26).

Importante também salientar nesses relatos que não se tratam de uma memória coletiva, mas sim de uma *memória compartilhada* (CANDAU, 2012, p. 17). As falas dos colaboradores reforçam, como afirmara Joël Candau, que cada pessoa lembra de uma maneira, fazendo com que toda memória seja social (compartilhada), mas não (una) coletiva (CANDAU, 2012, p.27).

Transformações e resistências na teologia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e nas práticas fúnebres

E hoje já não, aquela parte que antigamente fizeram hoje já não fazem mais. Isso já eles são sepultados porque aí dizem assim: que ninguém sabe porquê que a pessoa se falece, se mata ou qualquer coisa... Antes sim, todas as comunidades eram assim, tanto as independentes e depois evoluiu, os anos passaram agora todo mundo já mudou as leis da igreja, vamos ser igual, eles não podem julgar as pessoas, não sabem o quê que aconteceu.(PAULO ALBRECHT, 2021)

Na fala de Paulo Albrecht acerca da postura da igreja com relação aos suicidas ou outras mortes consideradas indignas, o colaborador deixa claro que há uma diferença no passar desses 50 anos da morte de Ervaldo Albrecht e família ao fazer as afirmações “E hoje não” e “Antes sim”. Essas mudanças de postura por parte das comunidades, pastores e doutrina da Igreja (IELB), bem como resistências que permanecem ao tratar desses casos, serão temas nesse tópico do trabalho.

Essa afirmação de Paulo Albrecht “E hoje já não”, pode ser explicada pela atuação ministerial dos pastores diante de algumas mudanças na postura da Igreja Evangélica Luterana do Brasil em relação ao suicídio. Ainda que o tema seja pouco discutido, algumas publicações trataram do tema especialmente nestes últimos vinte anos. Martim Carlos Warth em “A ética de cada dia”, um estudo com base no decálogo e na teologia de Lutero sobre o tema, apresenta na seção sobre o quinto mandamento “não matarás”, a “lei da morte”, onde afirma “fica implícito que o ser humano deve viver e ajudar os outros a viver” (WARTH, 2002, p.137). Nesse tópico da obra, dedica algumas páginas ao suicídio, deixando claro que não é a vontade de Deus para o ser humano, contudo trata o assunto como patológico ao “admitir que mesmo um cristão pode ser vítima fatal dessa crise” (WARTH, 2002, p.144). E ao se referir sobre a prática pastoral após um suicídio, Martim Carlos Warth, que atuou como professor no Seminário Concórdia entre 1969 e 1992, educandário de formação de pastores da IELB, afirma que “essa compreensão torna possível o enterro cristão, por entender-se que a fé em Cristo permaneceu apesar da crise patológica que interferiu na lei da morte” (WARTH, 2002, p.144). As contribuições na obra publicada em 2002, somada à atuação do reverendo Warth enquanto professor de teologia, permite intuir que suas reflexões acerca do tema contribuíram para uma mudança na prática pastoral e comunitária em velórios e enterros em casos de mortes de suicidas.

Além desta obra de Martim Carlos Warth, a sexta edição do “Fórum Ulbra de Teologia” em 2010, realizado na Universidade Luterana do Brasil em Canoas-RS, teve como temática “Vida e morte da natureza e do ser humano. Visão da teologia e da ecologia”. Entre várias palestras publicadas em livro, podemos citar o texto “A morte na visão da prática pastoral”, do teólogo Wilfrid Buchweitz. Em seu estudo no fórum de teologia, evento que tem como público alvo estudantes de teologia e pastores já ordenados, o autor afirma que “a celebração de um sepultamento também não é um tribunal, nem para absolvição nem para condenação da pessoa falecida” (BUCHWEITZ, 2010, p.160) e que “postura pastoral diante da morte é sepultar com carinho e respeito os mortos” (BUCHWEITZ, 2010, p.162) “também pessoas que estragaram muita vida precisam ser sepultadas com carinho e respeito. E o juízo é de Deus” (BUCHWEITZ, 2010, p.160). Somado a essas contribuições de Warth e Buchweitz, na edição do “Mensageiro Luterano” de setembro de 2020, revista que tem como público leitor os membros das comunidades evangélico-luteranas, teve como matéria de capa “Suicídio. Prevenção e cuidados”. Na mesma abordagem dos autores já mencionados, Clóvis Vitor

Gedrat, professor de teologia e filosofia e que atua na formação de pastores, afirma que “o suicida não é covarde, nem herói” e que “é muito importante entender que a pessoa não se matou. A doença o matou” (GEDRAT, 2020, p.17).

Essas considerações do professor Clóvis Vitor Gedrat, na revista oficial da igreja, reforçam o que Paulo Albrecht afirmou “os anos passaram agora todo mundo já mudou as leis da igreja, vamos ser igual, eles não podem julgar as pessoas, não sabem o quê que aconteceu”, nas tratativas pastorais e comunitárias frente essas situações. Paulo Albrecht cita também em seu relato que os pastores ensinam atualmente que “não sabe o que passa na cabeça da pessoa e então nós não podemos aqui na terra, ninguém pode julgar ninguém” (PAULO ALBRECHT, 2021). Essa mudança de postura da parte da comunidade e pastores, também é mencionada quando Paulo Albrecht afirma que “já nem faz tanto tempo que um rapaz se enforcou e tinha depressão e entrou pela porta e foi normal, fizeram o enterro” (PAULO ALBRECHT, 2021), exemplificando que atualmente se procede de forma distinta ao tratamento que Ervaldo Albrecht, esposa Elza e filhos tiveram em 1968.

Contudo, essa mudança de postura ainda sofre resistências nas comunidades evangélico-luteranas, conforme duas situações relatadas por Elias Krüger Albrecht;

Esse senhor que morreu (Emir Gutknecht) esses tempos agora, ele sofria de depressão. Então a depressão levou ele. Ele tá sepultado no conjunto do cemitério lá, é um túmulo recente. E após a inauguração da comunidade, a nova igreja tem uns três, quatro anos, 2017, pois é, ele é posterior a isso. Ele era uma pessoa assim que realmente muito ativo, assim no sentido de fé, ele era uma pessoa que tu via que tinha fé, mas a própria doença dele levou ele ao suicídio. E aí teve novamente, surgiu essa discussão na comunidade, mas ainda bem que hoje isso tem mais esclarecido que naquela época (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Faz uns dois meses que um senhor ali no Espigão se suicidou com um tiro. Ele era alcoólatra, sofria de alcoolismo, ele tinha parado um baita tempo de beber e agora voltou novamente a beber e aí para os filhos não internar ele, e aí ele se suicidou. E aí diz que no velório lá, diz que também a comunidade, disse lá, que tem que ser velado no salão, não pode ser levado para igreja, e o pastor Emir falou: ele vai ser velado na igreja porque não cabe a nós julgar ele. E o pastor Emir fez uma cerimônia religiosa, fez o velório com vela, com tudo, as pessoas que foram, assim diz que acharam muito bom o velório assim, a cerimônia de velório que o pastor Emir fez para ele (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021)

Os relatos acima feitos por Elias Krüger Albrecht revelam a resistência, por parte de membros das comunidades evangélico-luteranas, quanto ao uso da igreja para os velórios, bem como a utilização de velas e a presença do pastor nessas ocasiões. As

mudanças podem ser explicadas pela atuação dos pastores e as resistências em razão de uma tradição que pode ser interpretada pela experiência de membros que há décadas frequentam estas comunidades religiosas, e que ao longo de suas trajetórias tiveram ensino diferente da prática exercida atualmente pela igreja, conforme entrevistas.

Também é importante ressaltar que, apesar da prática pastoral e comunitária ter experimentado significativa mudança, algumas publicações e documentos oficiais da IELB, apresentam ressalvas quanto à realização de cerimônia e presença do pastor em atos fúnebres de um suicida. O manual litúrgico “Culto Luterano. Liturgias”, publicado em 2010, pela comissão de culto da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, na seção “Sepultamento”, na única menção a suicidas, traz uma oração com a seguinte observação: “Enterro de suicida. Quando as circunstâncias são tais que permitam a um pastor cristão officiar” (CULTO LUTERANO, 2010, p.144). Essa orientação, que deixa em aberto se é possível ou não um pastor realizar a cerimônia, tem como base o documento oficial da igreja (IELB) “Sepultamentos”, publicado em 1º de junho de 1992, que no tópico “Sepultamentos de suicidas” assim afirma:

O suicídio é transgressão do 5º Mandamento e, como regra geral, a igreja cristã não realiza o sepultamento de suicidas. No entanto, a assistência espiritual aos familiares e enlutados é imprescindível e especialmente importante nestes casos. Antes, porém, de o pastor realizar qualquer sepultamento de uma pessoa vítima de suicídio deverá fazer um cuidadoso inquérito, não tanto para encontrar um motivo para não realizar o sepultamento, mas para encontrar um motivo (mesmo se fraco) para aceitar a oportunidade. É especialmente importante nestes casos estabelecer a condição mental do(a) falecido(a) e se ele(ela) estava consciente de seus atos (POSICIONAMENTO IELB, 1992, p.2)

Esse documento oficial deixa em aberto para que as comunidades e pastores decidam sobre como proceder nessas situações. De qualquer forma, como nas palavras de Paulo Albrecht no “E hoje não” ou como “Antes sim”, e pelos casos relatados pelos entrevistados, tem havido uma mudança significativa na postura das congregações nessas situações, que envolvem a prática pastoral, bem como a administração do uso do templo e cemitério.

Considerações finais

A indagação que Paulo Albrecht já ouviu inúmeras vezes, conforme seu relato, “O que houve com aquela família?”, pergunta que parece reforçar o estigma sobre os suicidas, fomentando curiosidades e rumores entre a comunidade, conduz esse breve

trabalho na tentativa de resposta ao questionamento pelo conceito de comunidade (Gemeinde) evangélico-luterano, em uma memória pedagógica nas práticas fúnebres embasadas pela teologia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Essas práticas desenvolvidas diante da morte e morrer passam pela *materialidade* e *imaterialidade*. Pela materialidade de suas edificações, na configuração do espaço cemiterial que, dentro do conceito de comunidade entre esse grupo religioso, apontam para a imaterialidade presente nestes cemitérios, pela crença e reforço no ensino pela memória pedagógica, sobre a morte, o morrer, dentro da esperança escatológica dos evangélico-luteranos. Esta pedagogia do morrer evidenciada nestas edificações e espaços pelo reforço ao pertencimento à comunidade religiosa, a materialização do suporte à memória individual, seja daqueles que constroem e preservam a sepultura dos seus entes queridos, seja da própria comunidade que zela por túmulos para que não sejam abandonados.

Ainda sobre a localização das sepulturas do espaço cemiterial, seja daqueles membros da comunidade que tiveram uma boa morte ou especialmente os que vieram a falecer de maneira que feriram os preceitos doutrinários, estas edificações fazem do espaço cemiterial como significativo ativador de memórias. Conforme a fala de Paulo Albrecht “O que houve com aquela família?”, que hoje tem as sepulturas localizadas na entrada do cemitério, e que no passado foram sepultados em uma das margens do espaço cemiterial, estimulam um discurso memorial acerca dos elementos associados ao fim da vida de Eraldo, Elza Albrecht e filhos, fazendo daquele conjunto de sepulturas e sua(s) localização(ões), importantes “sociotransmissores” (CANDAU, 2012, p. 117).

Na tentativa de responder “o que houve com aquela família?”, pela localização atual do conjunto de sepulturas da família Albrecht, o relato de Elias Krüger Albrecht revela uma resposta para o que aconteceu, como também uma projeção de futuro; “O cemitério foi crescendo, e ela vai se tornar daqui alguns anos, vai ser o centro, o túmulo vai estar centralizado no cemitério, o tempo vai se encarregar disso, tipo na época foram postos no canto e o tempo pôde trazer eles para a porta do cemitério” (ELIAS KRÜGER ALBRECHT, 2021).

Como cada memória fala do presente, de um evento passado e com uma projeção/intenção de futuro (CANDAU, 2012, p. 63-66), Elias Krüger Albrecht em seu relato sobre a antiga localização e atual das sepulturas daquela família, responde à sua maneira não somente o que aconteceu com aquela família, mas o que está acontecendo, em uma espécie de reparação pelo erro cometido pela comunidade no passado, e na sua

projeção de futuro, uma intenção de justiça, “Como uma arte não daquilo que aconteceu, como também daquilo que deixou de acontecer, aquilo que poderia ou deveria ter acontecido” (PORTELLI, 1997, p.33). A fala do entrevistado apresenta a importância e o cuidado com as fontes orais, ao qual Alessandro Portelli chama atenção. Nesse sentido, as entrevistas realizadas para essa breve pesquisa, contribuíram não para confirmar molduras, mas trazer para a pesquisa, com os cuidados necessários, outras possibilidades de leitura sobre as práticas, bem como suas transformações e resistências.

As narrativas fornecidas pelas entrevistas, em conjunto com as fontes documentais das comunidades, bem como de posicionamentos oficiais da igreja e de fontes bibliográficas, permitem responder diante da pergunta “o que houve com aquela família?”, em uma breve análise que o conceito de *comunidade*, bem como a teologia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o ensino sobre a morte e o morrer entre evangélico-luteranos sofreu transformações que influenciaram também em modificações quanto à memória pedagógica presente nos espaços cemiteriais destas comunidades religiosas. Como toda mudança também sofre resistências, o que permite diferentes respostas não apenas sobre “o que houve com aquela família?” é o mesmo elemento que permite indagar sobre o que aconteceu nesses últimos 50 anos com as práticas fúnebres entre evangélico-luteranos.

Referências bibliográficas:

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BUCHWEITZ, Wilfrid. A morte na visão da prática pastoral. In: HEIMANN, Leopoldo. *Vida e morte da natureza e do ser humano*. Visão da teologia e da ecologia. Fórum Ulbra de Teologia – Volume 6. Canoas: Editora da Ulbra, 2010.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CULTO LUTERANO: Liturgias e orações. Porto Alegre: Concórdia Editora, 2010.

DREHER, Martin N. Protestantismo de imigração no Brasil. In: DREHER, Martin N; (org). *Imigrações e história da Igreja no Brasil*. 10.ed. Aparecida: CEHILA; Editora Santuário, 1999.

- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de “envelhecer e morrer”*. Tradução: Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELICKER, E. As doutrinas principais da fé cristã. In: *Igreja Luterana*. Ano II, nº3/4. Porto Alegre: Concórdia Editora, março/abril, 1941.
- GEDRAT, Clóvis V. Suicídio. Qual a relevância do tema para os leitores do Mensageiro Luterano? In: *Mensageiro Luterano*. Ano 103, nº1261. Porto Alegre: Concórdia Editora, setembro 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- KARNOPP, David. *A dinâmica do culto cristão*. Porto Alegre: Concórdia Editora, 2003.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. Tradução: Luís H. Dreher e Luís M. Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Tradução: João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues. Lisboa: Publicações Europa-América LDA, 1976.
- NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Traducido por Laura Masello. Montevideo: Ed. Trilce, 2008.
- PAGOTO, Amanda A. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público. Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PARÓQUIAS E PASTORES DA IELB*. Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 2015.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*, nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.
- POSICIONAMENTO IELB. Sepultamentos*. Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 1992. Disponível em: <https://www.ielb.org.br/downloads/conteudo/86/sepultamentos>. Acessado em 02 de janeiro de 2021.
- REHFELDT, L. C; WARTH, C. H. Contra o suicídio. In: *O jovem luterano*. Ano VI, nº6. Porto Alegre: Concórdia Editora, junho, 1945.
- RIETH, B. Se porventura um dia... In: *O jovem luterano*. Ano XXIV, nº8. Porto Alegre: Concórdia Editora, agosto, 1962.
- STEYER, Fábio A. Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry R. (Org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte – Sociedade – Ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As comunidades-livres no contexto da estruturação do luteranismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História da Teologia) São Leopoldo: EST – Escola Superior de Teologia, 1996.

WARTH, Martim C. *A ética de cada dia*. Canoas: Editora da Ulbra, 2002.

Fontes documentais

Livro Ata n° 1 da congregação evangélica luterana São João do Morro Redondo. 1902-1973.

Livro Ata n° 1 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. 1940-1960.

Livro Ata n° 2 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. 1962-1996.

Livro Ata n° 3 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho. 1997-2020.

Fontes orais

ALBRECHT, Elias Krüger. Entrevista realizada em 06/01/2021. Canguçu – RS. Entrevista para fins de pesquisa.

ALBRECHT, Paulo. Entrevista realizada em 06/01/2021. Canguçu – RS. Entrevista para fins de pesquisa.

¹Nos registros em atas três ampliações (1948, 1979 e 1996) foram feitas no espaço cemiterial. Sendo que na última, ocorreu além da ampliação, a mudança de local de entrada no cemitério, fazendo com que a sepultura da família Albrecht seja a primeira junto ao portão de entrada. Livros Ata n° 1, n° 2 e n° 3 da congregação evangélica luterana São Pedro do Canguçu Velho.

²Carter Lindberg relata que Lutero não pensava em Igreja como uma instituição hierárquica. Por essa razão preferiu o termo *gemeinde*, palavra esta que representa, segundo Lutero, “o verdadeiro espírito de comunhão da Igreja de Cristo” (p.428).

³No Rio Grande do Sul, a imigração alemã tem início no ano de 1824, com a chegada das primeiras famílias em São Leopoldo. Na região sul do estado, imigrantes oriundos da Prússia, que abrigava vários territórios, entre eles a Pomerânia, chegam a partir da década de 1858, ao então distrito de Pelotas, São Lourenço do Sul.

⁴Neste novo território os imigrantes evangélicos tinham de enfrentar uma legislação religiosa que não lhes era favorável. No Brasil, toda e qualquer religião que não a católica, era apenas tolerada. Com isso, os protestantes tinham de construir seus templos sem a aparência de igreja, e ter seus próprios cemitérios, pois os públicos eram somente para os católicos (TEICHMANN, 1996, p.39-40). Nesta situação os evangélico-luteranos organizaram suas próprias comunidades com a presença do cemitério.

⁵Elinda Albrecht Bergamann foi consultada sobre a possibilidade de realização de uma entrevista, mas não respondeu a solicitação.

⁶O Rev. Roberto Kuzendorff, ordenado pastor pela IELB em 19/02/1967, teve como seu primeiro local de ministério a Paróquia de Canguçu, a qual a comunidade São Pedro do Canguçu Velho fazia parte. Rev. Kuzendorff atendeu a paróquia entre os anos de 1967 e 1968. Ainda no ano de 1968 aceitou chamado para Erechim-RS onde atuou até 1969. Ao longo de sua vida ministerial atuou como pastor nas cidades de Pelotas-RS (1970-1971), Vila Valério-ES (1971-1983), Santo Ângelo-RS (1983-1986) e Nova Venécia-ES (1986-

2012). Em 2012 se aposentou e residiu até sua morte em 25/4/2021 em Nova Venécia – ES. *PARÓQUIAS E PASTORES DA IELB*. Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 2015, p. 40.

Artigo recebido em 09 de setembro de 2021.

Aceito para publicação em 26 de outubro de 2021.